

ESTUDOS

A família como objeto de estudo do Inep entre os anos 1940-1970: um mapeamento inicial

Andréa Bezerra Cordeiro^IJuarez José Tuchinski dos Anjos^{II}<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.106.6544>

Resumo

Este artigo teve como propósito mapear as investigações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entre 1940 e 1970, as quais abordaram a temática da família. Por meio da metodologia da pesquisa histórica, empreendemos a busca, a organização e a constituição de um *corpus* composto por 25 documentos, entre os quais pesquisas, duas propostas curriculares e alguns registros de eventos, que se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico do Inep. Na análise desse conjunto, foi possível observar que o tema da família foi gradualmente incorporado à agenda de estudos do Instituto. Dialogando com métodos de pesquisa então em voga, mas também com as ideologias governamentais, os trabalhos inventariados envolveram investigadores brasileiros e estrangeiros que em grande parte buscavam – por meio de análises e diagnósticos e tomando o modelo idealizado da família de classe média urbana – pensar formas de intervenção junto às famílias, sobretudo das classes populares, para modificar seus hábitos e melhorar os resultados educacionais. Os resultados deste estudo preliminar apontam um quadro vivo e complexo das realidades experimentadas pelas famílias do Brasil da Era Vargas à Ditadura Civil-Militar, demonstrando que, muitas vezes, a partir de um viés classista e intervencionista, elas estiveram no radar dos que pensavam as políticas educacionais no País, sendo elevadas à causa do sucesso ou fracasso dessas mesmas políticas.

Palavras-chave: Inep; infância; família; história da educação.

^I Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: <andreacordeiro@ufpr.br>; <<https://orcid.org/0000-0002-6963-5261>>. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

^{II} Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: <juarezdosanjos@unb.br>; <<https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>>. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Abstract

The family as an object of study by Inep between the years 1940-1970: an initial mapping

The current study focused on mapping the research conducted by Inep (National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira) between 1940 and 1970 addressing the family theme. Employing historical research methodology, we sought, organized, and constructed a documentary corpus consisting of 25 documents, including research studies, two curricular proposals, as well as recordings of events, which are kept in Inep's Historical Archive. In analyzing this collection, it was possible to observe that the theme of the family was gradually incorporated into the Institute's research agenda. Dialoguing with research methods that were prevalent at the time, but also with governmental ideologies, the documented studies involved Brazilian and foreign researchers, who, for the most part, sought – through studies and diagnoses and using the idealized model of the urban middle-class family – to think of ways to intervene with families, particularly those from lower social classes, to modify their habits and improve educational outcomes. The results of this preliminary study paint a vivid and complex picture of the realities experienced by Brazilian families, from the Vargas era to the civil-military dictatorship, revealing that, often from a classist and interventionist bias, these families were on the radar of those formulating educational policies in the country, often being considered the cause of the success or failure of these policies.

Keywords: Inep; childhood; family; education history.

Resumen

La familia como objeto de estudio en el Inep entre los años 1940-1970: un mapeo inicial

Este estudio tuvo como propósito mapear las investigaciones llevadas a cabo por el Instituto Nacional de Estudios y Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entre 1940 y 1970, las cuales abordaron la temática de la familia. A través de la metodología de investigación histórica, nos dedicamos a la búsqueda, la organización y la constitución de un corpus documental compuesto por 25 documentos, que incluyen investigaciones, dos propuestas curriculares y algunos registros de eventos, que se encuentran bajo la custodia del Archivo Histórico del Inep. En el análisis de este conjunto, fue posible observar que el tema de la familia fue incorporado gradualmente a la agenda de estudios del Instituto. En diálogo con los métodos de investigación entonces en boga, pero también con las ideologías gubernamentales, los trabajos registrados involucraron a investigadores brasileños y extranjeros que, en su mayoría, buscaban – por medio de análisis y diagnósticos y tomando el modelo idealizado de la familia de clase media urbana – pensar formas de intervención con las familias, sobre todo de las clases populares, para modificar sus hábitos y mejorar los resultados educativos.

Los resultados de este estudio preliminar señalan un panorama vivo y complejo de las realidades vividas por las familias en Brasil, desde la Era Vargas hasta la Dictadura Civil-Militar, demostrando que, muchas veces desde un sesgo clasista e intervencionista, estas estuvieron en la mira de aquellos que pensaban las políticas educativas de Brasil, siendo elevadas a la condición la causa del éxito o del fracaso de esas mismas políticas.

Palabras clave: Inep; infancia; familia; historia de la educación.

Introdução

Abordar a relação entre família, escola e educação constitui sempre um desafio. Trata-se de um tema sensível, circundado por fronteiras invisíveis, mas perceptíveis, em torno do qual se sobrepõem expectativas, tensões, jogos de poder e contradições. Em determinados discursos, a família é conclamada como base de toda a sociedade; em outros, é apontada como desestruturada ou incapaz de cumprir adequadamente seu papel educativo. Nessa ambígua posição, a família – mesmo considerada peça-chave nos discursos e projetos de escolarização e na formação das crianças para a vida social – ocupou um lugar relativamente periférico na agenda de pesquisas educacionais no Brasil.

Nas décadas anteriores à institucionalização da pós-graduação em educação no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) foi, sem sombra de dúvida, a principal instância da pesquisa educacional no País. Criado em 1937, o órgão ganhou, no ano seguinte, a denominação pela qual ficaria conhecido na história intelectual da educação brasileira, com a missão de ser “centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com o trabalho do Ministério [da Educação e Saúde]” (Lourenço Filho, 2005, p. 182). Seria caracterizado, como observaram Mendonça e Xavier (2008, p. 21), “por um estatuto institucional ambíguo, constituindo-se em um órgão de pesquisa que tinha simultaneamente atribuições executivas”. Essa condição imprimiu, desde o início, um caráter fortemente pragmático na escolha de seus objetos de pesquisa, circunscritos, num primeiro momento, às questões do mundo da escola e, posteriormente, a partir dos anos 1950, às relações dessa instituição com a sociedade e outras instâncias socializadoras. Um tema que aos poucos foi ganhando espaço na agenda de pesquisas do Inep foi, justamente, a família e sua influência e alcance nos processos educativos.

Escritas essas palavras iniciais, o objetivo deste artigo, que apresenta os primeiros resultados de um estudo de pós-doutoramento¹, é mapear as pesquisas realizadas pelo Inep entre os anos de 1940 e 1970 que tiveram a família como objeto de investigação. O recorte cronológico vai dos princípios da atividade do Instituto até meados da década de 1970, quando, segundo aponta a historiografia (Saavedra, 1988), o Inep passou por uma crise e uma inflexão que se refletiram na quantidade e qualidade dos estudos que pôde desenvolver, considerando o contexto de Ditadura Civil-Militar instaurada no País.

Em termos metodológicos, a pesquisa debruçou-se sobre a documentação custodiada pelo Arquivo Histórico do Inep, em Brasília. Em um primeiro momento, foi necessário compreender a lógica de funcionamento desse Arquivo Histórico, tanto do ponto de vista de seu acervo quanto das práticas de pesquisa viáveis, considerando a organização, o funcionamento e a recepção da instituição aos pesquisadores. Nesse sentido, visitas presenciais realizadas no segundo semestre de 2023 forneceram subsídios sobre os modos de fazer que poderiam ser adotados e aperfeiçoados durante o período pós-doutoral. Os contatos iniciais, por *e-mail*, sinalizaram um protocolo bastante organizado e ágil; e a ambiência para a pesquisa *in loco*, mediante agendamento, foi em tudo favorável para o refinamento do tema, que se delineou a partir do encontro com uma documentação levantada para fins de uma pesquisa sobre o ensino em artes industriais, foco de um projeto em andamento na época. Em meio aos

¹ Trata-se da pesquisa ‘Apontamentos para uma história da educação pela família no Brasil a partir das pesquisas do INEP (décadas de 1930 a 1970)’, desenvolvida pela Prof.^a Dr.^a Andréa Bezerra Cordeiro (UFPR) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Brasília, sob supervisão do Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos.

documentos selecionados pela equipe do Arquivo Histórico, cuja temporalidade circundava as décadas de 1950-1960, começava a aparecer, ainda que de maneira difusa, a preocupação sobre a necessidade de a escola atuar junto às famílias para que o aproveitamento escolar das crianças e jovens se desse com maior sucesso.

Motivados pelos vestígios de uma implicação crescente pelos especialistas em relação às famílias como parte do processo de escolarização e de desenvolvimento cultural e econômico do Brasil, solicitamos, alguns meses depois da visita presencial, por meio de *e-mails*, o levantamento de pesquisas realizadas no Inep no recorte temporal 1950-1979 que tematizassem a família nos processos de escolarização e educação das crianças e jovens. Os descritores que sugerimos para as buscas foram: educação da família; mães; maternidade; maternalismo; pais; paternidade; reuniões de pais; clubes de pais; família; educação familiar.

O retorno da instituição se deu em poucas semanas, com uma listagem bastante interessante, que abrangia o recorte temporal desde o ano de 1938 até o ano de 1980, totalizando 61 documentos que traziam em seu título ou sua descrição o assunto da família. Após refinamento analítico, chegamos a um *corpus* composto por 25 fontes principais, uma vez que identificamos alguns documentos que se referiam a diferentes fases da mesma pesquisa (anteprojeto, relatórios de fases distintas, orçamentos, entre outros). Essas 25 fontes com o tema família são, em sua maioria, pesquisas realizadas por meio do Inep, mas também constam duas propostas curriculares e alguns registros de eventos que receberam apoio do Instituto. Nessa seleção, desconsideramos algumas poucas pesquisas produzidas fora do escopo do Inep, realizadas por pesquisadores estrangeiros em outros países e que constavam no acervo da série *Encontros*.

Uma parte significativa dessa amostra já se encontrava digitalizada; o restante foi digitalizado pela equipe do Arquivo Histórico durante o trabalho de pesquisa, num diálogo muito frutífero entre pesquisadores e arquivistas. Estava então composto o *corpus* documental que será aqui inicialmente analisado, sem o aprofundamento específico em cada pesquisa localizada, mas com a busca pelo sentido desse conjunto, organizado no gesto de coleta, combinação e separação, caro a Certeau (2008).

Em termos teóricos, entendemos o Arquivo que custodia a documentação aqui examinada nos termos propostos por Perrot (2005, p. 14), segundo a qual, “longe de ser fruto do acaso, a constituição do Arquivo, da mesma forma que a constituição da Memória, é o resultado de uma sedimentação seletiva produzida pelas relações de força e pelos sistemas de valor”. O Arquivo do Inep, nesse sentido, procura resguardar a memória de uma instituição dedicada à investigação da realidade educacional brasileira, mas carrega em si as marcas das imposições históricas pelas quais o Instituto passou, que o levaram a lançar distintos olhares sobre seus objetos de estudo, a depender do contexto institucional vivido no momento de cada pesquisa realizada. Ainda assim, concordamos com Clarice Nunes que “o impacto dos arquivos sobre a nossa sensibilidade”, em que pesem as relações de força que os constituem,

[...] empurra-nos, sem misericórdia, para a tessitura da vida. Os arquivos também nos invadem, embaralhando nossas fantasias, nossas imagens-reminiscências de uma infância distante e até nossas horas de sono. Enquanto dormimos, as vozes masculinas e femininas dos arquivos passam a soar desconcertantes nas nossas cabeças. Aqueles rostos, que abandonam as gavetas, vêm abrigar-se em nossos sonhos, atrapalhando enredos, virando-nos do avesso. (Nunes, 1990, p. 39).

Guiados por esses procedimentos metodológicos e concepções teóricas, dividimos o artigo em quatro partes. Na primeira, em um diálogo direto com a historiografia, delineamos, ainda que brevemente, o contexto histórico da pesquisa educacional conforme desenvolvida pelo Inep entre os anos 1940 e 1970. Na segunda e terceira partes, interrogando a empiria selecionada nos arquivos do Instituto, realizamos um mapeamento das pesquisas educacionais feitas pelo Inep que tiveram a família como objeto de estudo no período assinalado. Ao final, na quarta parte, encerramos com algumas considerações, a modo de conclusão.

O Inep: uma instituição de pesquisa educacional governamental

Os primórdios do Inep são marcados pela figura de seu primeiro diretor, o professor Manoel Bergström Lourenço Filho, de 1938 a 1946 (Brasil. Inep, [2022]). Educador conhecido e respeitado por sua atuação como reformador da educação em São Paulo (Mate, 2011), bem como pela inserção no Movimento pela Escola Nova (Vidal, 2013), foi quem colocou em prática os primeiros projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Instituto. Lançando um olhar para a escola e seu funcionamento, durante sua gestão foram realizadas pesquisas historiográficas e estudos sobre a organização do ensino primário e normal e administração dos serviços educacionais (Lourenço Filho, 2005). A partir de 1944, para difundir suas pesquisas e fomentar o debate educacional, o Instituto passou a contar com a publicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Lourenço Filho, 2005), em circulação até nossos dias.

Em 1946, Lourenço Filho foi substituído por Murilo Braga de Carvalho, do corpo de técnicos em educação do Inep, que permaneceu no cargo até seu falecimento em um trágico acidente aéreo em 1952 (Brasil. Inep, [2022]). Durante sua gestão, como resultados de pesquisas realizadas pelo Instituto, foram publicados vários programas para o ensino primário sobre temas como leitura e linguagem, canto orfeônico, educação física, entre outros (Anjos; Souza, 2022).

Segundo Gouveia (1971, p. 2), esses primeiros momentos da pesquisa educacional no Inep foram, como característica fundamental, “predominantemente, de natureza psicopedagógica. Os processos de ensino e os instrumentos de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento psicológico constituem preocupação dominante”. Sendo Lourenço Filho um intelectual cuja obra foi fortemente marcada pela psicologia, não é de estranhar que sua gestão e a de seu sucessor, técnico formado nos quadros da instituição, tenham trazido em si essa marca teórica, que indica, no olhar retrospectivo próprio de historiadores, a identificação dessa primeira tendência na pesquisa educacional brasileira fomentada pelo Inep.

Em 1952, chega à direção do Instituto – na qual permaneceria até 1964 – o educador baiano Anísio Teixeira, que trazia em sua bagagem a experiência como reformador da instrução pública na Bahia e no Rio de Janeiro (Nunes, 2000); era signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (Vidal, 2013); havia tido trabalho editorial junto à Companhia Editora Nacional nas décadas de 1930 e 1940, bem como sido consultor junto à Unesco (Toledo; Vidal, 2024); além de ter ocupado, recentemente, cargo de Secretário da Educação da Bahia (Eboli, 2000).

Durante a gestão anisiana, foi criado, em 1956, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e seus congêneres regionais, os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE). Nessa época, o Instituto “expandiu suas atividades, cresceu, firmou-se como um elemento de análise da problemática educacional, contextualizada socialmente,

indicou caminhos decisórios ao Ministério da Educação (MEC), a quem, muitas vezes servia de crítico, outras vezes de conselheiro” (Saavedra, 1988, p. 142). Foi nos Centros de Pesquisas Educacionais que se desenvolveram os trabalhos mais importantes dessa fase da história do Inep. Escreveu Xavier (1999, p. 250):

[...] o programa de atividades do CBPE voltou-se para o desenvolvimento de um amplo programa de profissionalização dos quadros das ciências sociais e da educação, tanto no que concerne à preparação de pesquisadores como na formação e especialização de professores para atuarem no sistema público de ensino. Os centros regionais dinamizaram a pesquisa, a organização documental, a montagem de cursos voltados para a formação de pesquisadores e o aperfeiçoamento de professores, promovendo também a experimentação de novos métodos e técnicas pedagógicas.

Falando desse momento da pesquisa educacional capitaneada pelo Inep, Gouveia (1971, p. 2-3) registra que

[...] a ênfase, desloca-se, assim, para estudos de natureza sociológica. Nesse período [...] produziram-se, sob a responsabilidade de sociólogos e antropólogos, monografias, ‘surveys’ e tentativas de análise macroscópica em que o foco são as relações entre escola, ou o sistema escolar e certos aspectos da sociedade local, regional ou nacional.

Assim há, nessa vertente sociológica, uma segunda tendência na pesquisa educacional brasileira nos anos 1950 e meados dos anos 1960, cujo alcance foi devido, em grande parte, à aliança entre sociologia e educação promovida por Anísio Teixeira e pelo CBPE e seus congêneres regionais.

Uma das estratégias de que o Inep e o CBPE lançaram mão para a difusão de suas pesquisas, como demonstrou Gouvêa (2008), foram as publicações periódicas chanceladas pelas instituições: além da já existente Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), imprimiram-se, também, a Revista Educação e Ciências Sociais e o Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Nesse processo, Anísio Teixeira emerge como “líder de um grupo político-educativo que buscou legitimar através dos impressos um projeto de intervenção no sistema educacional brasileiro via o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e seus Centros Regionais” (Gouvêa, 2008, p. 228).

Essa etapa da história da pesquisa educacional do Inep pode ser considerada como o momento de consolidação da profissionalização dos pesquisadores da área, via casamento entre ciências sociais e educação. Contudo, essa profissionalização não se deu sem embates ou tensões, como revelou Xavier (1999, p. 257):

[...] podemos concluir que, do ponto de vista de uma interpretação retrospectiva, a parceria entre educadores e cientistas sociais presente no CBPE foi a expressão da tensão e disputa entre dois projetos que se intercalaram naquela experiência, se autoalimentaram e disputaram espaço no campo cultural: de um lado, o projeto nacional com ênfase na reforma educacional defendido por Anísio Teixeira e pelo grupo de educadores a ele ligados e, de outro, o projeto de reafirmação da atividade científica com base no rigor acadêmico e diante das instabilidades da política, defendido por grande parte dos cientistas sociais que participaram daquela experiência.

Se a gestão de Anísio Teixeira foi momento de uma profusão de estudos de matriz sociológica, após sua saída da direção do Inep, em 1964, por conta da instauração da Ditadura Civil-Militar, a fase que se seguiu foi bastante conturbada tanto para o Instituto quanto para a pesquisa educacional por ele empreendida. Em seu lugar assume Carlos Pasquale, “representante da educação particular” (Rothen, 2005, p. 199). Uma das primeiras iniciativas desse gestor foi a publicação integral das Recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública do Bureau Internacional de Educação e da Unesco (Anjos, 2021), algumas das quais tratavam da pesquisa educacional. Sobre o perfil e as realizações dos diretores do Inep a partir de então, podemos ficar, por ora, com o quadro traçado por Rothen (2005, p. 199-200):

Em 1966, Carlos Pasquale afasta-se do Inep para assumir a Secretaria de Educação de São Paulo e indica ao Ministro Aragão, em reunião da Unesco realizada em Buenos Aires, Carlos Mascaro para assumir a direção do Instituto. Mascaro era funcionário de carreira do Inep e tinha ligações com Anísio Teixeira. A gestão Mascaro é marcada pela desconfiança dos militares em relação às atividades desenvolvidas pelo Inep, apenas encontrando apoio no ministro Aragão [...].

Três anos depois, em 11 de abril de 1969, “Guido Ivan de Carvalho assume o Inep e mantém-se no cargo até março de 1970, quando o gabinete da direção foi transferido para Brasília. Seu sucessor, Walter Toledo Pizza, dirige o Inep até janeiro de 1972” (Rothen, 2005, p. 200). Essa instabilidade de gestores refletiu-se, conseqüentemente, nas atividades do Instituto que, nos anos de 1970, viveria ainda a experiência de transferência definitiva do Rio de Janeiro para Brasília (Rothen, 2005).

Nessa sucessão de diretores com mandatos mais ou menos curtos, a época que vai de 1964 a 1976, conforme periodização adotada por Sílvia Saavedra, foi por ela caracterizada como um momento de esvaziamento da pesquisa em que principiou “uma estratégia de afastamento de tudo que pudesse caracterizar exatamente aquela possibilidade de problematização e de confronto que enriquece a pesquisa e que a torna comprometida com a educação” (Saavedra, 1988, p. 145). Como consequência, o Inep transformou-se em um “órgão repassador de parques recursos para a realização de pesquisas que estivessem, de preferência, em consonância com o projeto político para a área e não com um projeto mais amplo, voltado para as vertentes sociais, culturais e políticas da educação” (Saavedra, 1988, p. 145). Restou, dessa forma, pouco espaço para a crítica e sobrou forte pressão para que o Instituto alimentasse, com suas pesquisas, as políticas educacionais do regime civil-militar então instaurado no País.

Na tendência da pesquisa educacional no período pós-1964, de acordo com Gouveia (1971, p. 3), “esboça-se a predominância de estudos de natureza econômica, incentivados não só por certos organismos prestigiosos da administração federal, mas também por fontes externas de financiamento”. Como veremos adiante, porém, a influência das ciências sociais não parece ter cessado, mas se aliado a interesses econômicos nos estudos desenvolvidos pelo Inep de meados dos anos 1960 a meados dos anos 1970, ao menos, no caso daquelas que tiveram a família como objeto de estudo. É o que trataremos nas seções a seguir.

A família como objeto de estudo no Inep: da criação do Instituto à saída de Anísio Teixeira

A principal intenção desta pesquisa recai sobre os estudos fomentados no Inep nas décadas de 1960 e 1970, nos quais a família fosse tomada como objeto de investigação em destaque. No entanto, neste momento, vamos ampliar a extensão da temporalidade contemplando todas as pesquisas encontradas dentro deste escopo, no intervalo entre a fundação do Inep, em 1938, e o ano de 1979, para construirmos uma visão ampliada sobre o cenário que coloca a família no papel de instância merecedora de diferentes interpretações e propostas de intervenção no histórico de pesquisas educacionais no País: como objeto, como problema, como fonte de informações e como objetivo de investigações. Nesse sentido, não aprofundaremos as análises sobre todas as pesquisas localizadas, mas empreenderemos uma aproximação, que esperamos seja reveladora, com o profundo manancial oferecido por essas fontes.

As duas primeiras ocorrências do tema registradas no acervo do Arquivo Histórico do Inep datam de 1938 (ano de inauguração do Instituto) e 1941, e têm como característica não se configurarem em pesquisas ou projetos de pesquisa. São duas cartas enviadas ao presidente Getúlio Vargas: uma da parte de Cícero Tinoco, um homem que se declara um “patriota esforçado, amigo da ordem e do progresso” e que apresenta uma proposta bastante genérica de um plano para a implantação de livros didáticos modernos e para um projeto de educação da família; a outra carta, datada de 1941, veio da Irmã Maria Luiz de Sion, diretora da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Sion, em Curitiba, e apresenta o projeto de criação de um Curso Ginásial estendido, apenas para meninas, com duração de seis anos, sendo os dois últimos especialmente consagrados à formação familiar (Sion, 1941). Sem adentrarmos em detalhes (muito interessantes) dessas correspondências, por ora destacamos o encaminhamento dado a tais cartas e os pareceres elaborados no Inep em resposta às duas proposições.

A carta de 1938, endereçada ao Gabinete do Presidente, foi encaminhada pela secretaria do Presidente ao recentemente criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MES) para análise, que foi realizada pelo técnico do Departamento de Educação, Antônio Figueira de Almeida. Essa carta de oito páginas, com bordas decoradas e estilo pomposo, pode ser lida como um exemplo interessante da transição que estava em curso em relação aos assuntos educacionais no País, pois o remetente, Cícero Tinoco – que, como credenciais, destaca na carta ser “patrício e venerador” do presidente Vargas – expõe sua opinião numa retórica que soa bastante com o afã político republicano, repleto de discursos ligeiros sobre assuntos da educação e desenvolvimento proferidos por homens de letras da Primeira República (Cordeiro, A., 2005). Em sua correspondência, ele critica o ensino no Brasil e a educação geral das famílias brasileiras, e destaca a rudeza de costumes e caráter da população e o atraso nas metodologias educacionais, as quais confessa não conhecer de forma profissional, mas sim como um homem viajado e bem relacionado, estabelecendo comparativos com a França, citando Voltaire e pontuando seu texto com exemplos generalizantes mesclados a várias expressões em francês. O parecer elaborado pelo MES se desenvolveu em mais de vinte páginas escritas a mão em papel timbrado do Ministério, e já nas primeiras linhas afirma que a proposta apresentada era superficial e inteiramente destituída de técnica (Almeida, 1938). As críticas à educação nacional presentes

na proposta de Tinoco são rebatidas uma a uma, servindo como mote para um relato a toda uma série de reformas e projetos educacionais que estavam sendo colocados em curso no País na gestão Vargas. Almeida (1938, p. 22) finaliza com a seguinte sentença:

Informando este processo, cabe-me declarar por último que todas as questões teóricas da educação têm agora um órgão técnico específico na altura das necessidades do Brasil uma vez que ele é dirigido pelo mais esclarecido e eminente dos educadores brasileiros, o Senhor Professor Lourenço Filho. Essa providência sábia e clarividente do governo é de molde a pôr cabo à metafísica e ao empirismo reinantes nesse setor da vida nacional.

Destacando o fim do diletantismo em favor da profissionalização e centralização dos debates educacionais por via de um órgão especializado, sob a direção de um intelectual como Lourenço Filho, o fragmento acima reafirma o papel do Inep no projeto educacional varguista. Esses mesmos parâmetros da profissionalização, regulamentação legal e centralização de políticas e decisões educacionais são acionados na avaliação do projeto enviado em 1941 pelas Irmãs de Nossa Senhora de Sion, embora o parecer tenha sido muito mais ameno no caso dessa proposta, mostrando-se o técnico parecerista, Albino Peixoto Junior, em alguns momentos, simpático à proposta de uma escola voltada aos valores familiares tradicionais.

Ao apresentar a proposta do curso, a Irmã Maria Luiz de Sion abre a carta endereçada ao Presidente contando que nutriu por anos o desejo de criar essa formação voltada à preparação da menina para a tarefa da criação de filhos e cuidados com o lar, e que finalmente se sentira encorajada a formalizar a proposta a partir do encontro com as palavras do próprio Getúlio Vargas no texto do Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, que fixou as bases da organização chamada de Juventude Brasileira² e estabeleceu a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física para a juventude e a infância. A religiosa interpretou o Decreto segundo suas bases e afirmou na carta que “vossa excelência declara que é preciso formar nas jovens os conhecimentos e sentimentos que as tornem capazes na missão de mães de família” (Sion, 1941). A diretora do colégio pretendia, com essa citação, fortalecer a legitimidade do projeto de educação feminina, e realizou uma leitura muito próxima, mas parcial, do parágrafo citado, que em sua íntegra afirmava que:

A educação moral procurará ainda formar nas crianças e nos jovens *de um e outro sexo* os sentimentos e os conhecimentos que os tornem capazes da *missão de pais e de mães de família*. Às mulheres dará de modo especial a consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos. (Brasil, 1940, art. 3º, grifos nossos).

Apesar da omissão em relação ao papel dos homens no envolvimento familiar, a proposta da Irmã Maria Luiz ia ao encontro das principais ideias sobre política familiar, tanto na doutrina social da Igreja como da política social do Estado Novo que, segundo Vilhena (1992), ganha grande centralidade tornando-se área de interesse prioritário ao Estado Novo,

² A organização Juventude Brasileira, cuja principal autoridade era Getúlio Vargas, pretendia, aos moldes de organizações de cunho fascista e eugenista europeus, atingir todas as crianças e jovens brasileiros em idade escolar, dentro e fora das escolas com uma proposta que busca através da disciplina do corpo, do nacionalismo, do culto ao militarismo, estabelecer um governo sutil e simbólico sobre os jovens e crianças do país, com base em um ideal nacional, formando também uma base de apoio político e ideológico. (Hoche, 2017)

tendo se tornado matéria constitucional, pela primeira vez na história do País, na Constituição de 1934. É também nesse período que se estabelece, por meio do Decreto-Lei nº 3.200, o Estatuto da Família, no ano de 1941, após calorosa disputa de perspectivas entre o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o Ministro da Justiça, Francisco Campos (Martins, 2008), mostrando a grande centralidade e as disputas em torno da ideia de família como base para a estruturação dos projetos de sociedade do período.

Não obstante a aderência da proposta do Colégio Sion ao projeto nacional para a família e da clara simpatia do avaliador ao programa curricular exposto na carta, o parecerista, lamentando a rigidez do sistema de ensino secundário, indefere o pedido, pois o projeto havia esbarrado na recente elaboração da legislação sobre o ensino secundário. Ainda assim, o texto do parecer destaca as vantagens do projeto, remetendo elogiosamente aos trabalhos da educadora e bastante conhecida representante do laicato católico Laura Jacobina Lacombe, mencionando seus trabalhos como fonte de inspiração para pensar uma educação feminina que preparasse para o lar com aulas de Puericultura, Higiene, Trabalhos de Agulha, Artes Aplicadas e Economia Doméstica.

Após o parecer técnico de Albino Peixoto Junior, o projeto seguiu para o Diretor do Inep, Lourenço Filho, e depois para o ministro Gustavo Capanema; ambos, em seus pareceres, reafirmam a inadequação de propostas de ensino secundário diferenciadas para meninos e meninas, de acordo com as discussões preparatórias para a reforma do ensino secundário, que iria ser formalizada em 1942. Lourenço Filho afirma ainda que as ponderações da proposta seriam “aceitáveis em tese”, mas que a busca por aprimoramento feminino na Educação Doméstica deveria estar vinculada a ramos do ensino profissional e que a proposta da Juventude Brasileira já contemplaria as faltas e os problemas apontados pela religiosa em seu projeto.

As ocorrências da temática da família na década de 1950, com o Inep sob a direção de Anísio Teixeira, ganham novas nuances, mais especializadas, principalmente com pesquisas de lastro psicológico e sociológico. Segundo Xavier (1999), com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, em 1955, as pesquisas investiram em produzir dados que dessem substância e base para os trabalhos de gestores nos municípios e estados, bem como para diretores e professores escolares. Em relação à temática da família, foram localizadas cinco pesquisas sobre o tema e, também, estudos que a tomam como fonte de dados para a compreensão dos problemas e das demandas educacionais diante dos processos de industrialização e urbanização do Brasil, os quais passam a ser questões mobilizadoras de pesquisas que buscam conhecer o papel das famílias na adesão das crianças e jovens ao modo de viver, estudar e trabalhar nos centros urbanos.

Nesse período, a família é investigada sobretudo a partir da hipótese de que o “padrão de vida” – ou seja, as condições socioeconômicas – é uma variável de grande peso em relação ao aproveitamento escolar, à promoção ou reprovação, à evasão e à relação entre pais, mães e escola. É nessa década que Gouveia (1958) pesquisa as relações família-escola a partir da investigação sobre os castigos aplicados pelos pais e mães sobre as crianças, com a conclusão de que quanto mais baixa a renda e o padrão de vida maior seria, em geral, a tendência à aplicação de castigos físicos aos filhos e de que também seriam essas famílias de menores rendas as mais passivas diante da escolarização das crianças.

Um outro exemplo do teor geral das pesquisas desse período é a investigação coordenada por Guerreiro Ramos, em 1952, sobre as causas da evasão de alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A pesquisa teve caráter nacional e mobilizou

dados de grandes centros urbanos (Distrito Federal, Porto Alegre, São Paulo e Recife). A ideia foi coletar e analisar dados de grupos de controle constituídos por alunos regulares e de boa frequência e rendimento nos cursos, relacionando-os com os dados de alunos que se evadiram. As informações, expressas em um relatório de 200 páginas, eram basicamente relativas a renda, despesas e condições das moradias dos alunos, e as análises demonstravam a importância de condições básicas de vida (como alimentação regular, casa com lugar para dormir e acesso a água e sanitários) para a permanência na escola; no entanto, atribuíam essas boas condições muito mais a uma disposição psicológica da família em “progredir na vida” do que aos contingentes puramente políticos e sociais:

A melhoria significativa das casas onde moram os meninos do grupo de controle, em relação àquelas em que residem os meninos evadidos, implica certa superioridade do padrão de vida dos primeiros em confronto com o dos segundos. A melhor habitação das famílias do grupo de controle parece, ainda, ter a significação de um sintoma de que tais famílias têm uma motivação social mais positiva do que as famílias dos meninos evadidos. As famílias dos meninos que terminaram os seus cursos neutralizam os fatores negativos de escolaridade através de uma propensão psicológica para progredir na satisfação de necessidades sociais que ultrapassam o imperativo da mera subsistência. Esta propensão seria a componente imponderável da escola. Quando ela não existe, ou é precária, no ambiente familiar do aluno, este facilmente é envolvido no processo da evasão escolar. (Guerreiro Ramos, 1952, p. 150)

Essa tendência às análises de cunho socioeconômico se consolida, como veremos mais adiante, nas muitas pesquisas realizadas a partir de 1970; enquanto na década de 1960 é possível observar, além do fortalecimento de parcerias com organismos como o Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociológicas e com a Unesco, um movimento bastante sintomático em relação aos eventos políticos que abalaram a democracia e as relações políticas do País, em 1964, com o golpe civil-militar. A temática da família no interstício dos anos 60 aparece em apenas quatro estudos, realizados até o ano de 1963. Depois dessa data, pelo que podemos aventar a partir das fontes, houve um interstício de oito anos, nos quais a temática não foi pesquisada.

Entre as pesquisas da década de 1960, há uma minuta para a criação de uma rede de radiodifusão educativa, inaugurando a preocupação com a comunicação em massa e seus efeitos sobre a família. Essa temática é posteriormente retomada nos anos da Ditadura com um grande projeto que intentaria criar um sistema de “telepedagogia” por meio da difusão da TV Educativa. O tema da influência do rádio e da televisão é extremamente interessante e sua abordagem em diferentes pesquisas levará ao aprofundamento em desdobramentos futuros desta pesquisa em curso, uma vez que a percepção do avanço da abrangência desses meios de comunicação nas casas brasileiras motivou perguntas e propostas relativas ao peso dos programas de auditório e novelas, tanto no rádio como posteriormente na televisão, sobre a relação das famílias e as crianças, seus hábitos e desempenho escolar.

A pesquisa de Andrew Pearse, sociólogo inglês que trabalhou no Inep sob os auspícios da Unesco entre o final dos anos 1950 até 1962, também aborda, entre riquíssimos temas, a presença do rádio nas casas, destacando a radionovela “Jerônimo, o herói do sertão” por sua grande popularidade junto às famílias do grupo que pesquisou nesse período, na Favela do Esqueleto no Rio de Janeiro. Segundo o pesquisador, a trama da novela falava diretamente com a população mais pobre, em grande parte composta por imigrantes nordestinos que se

sentiam representados e de certa forma justificados nas aventuras deste cowboy brasileiro, conforme se pode observar na Figura 1, que endossa as impressões levantadas na pesquisa de Pearse sobre o papel de sociabilidade nos momentos de transmissão e escuta do programa: trata-se da contracapa da revista em quadrinhos “Jerônimo, o herói do sertão” (nº 55, de 1962) com anúncio do programa de rádio, que afirma ser esta “a mais vibrante série de rádio brasileira” e pede que o leitor “Ouça...e recomende aos seus amigos”.



Figura 1 - Propaganda da radionovela “Jerônimo, o herói do sertão”

Fonte: Gibiseiro ([2025]).

Segundo Pearse, os momentos de transmissão da novela “Jerônimo” eram de união da família, com crianças e adultos fascinados diante da grande popularidade desse “Nordestern”, que o pesquisador avaliou como bastante estereotipado, mas que reconheceu trazer na trama o alívio artístico de situações de injustiça, mostrando uma espécie de “Robin Hood do velho oeste brasileiro, dos sertões e terras [...] além do alcance efetivo das forças da lei e da ordem” (Pearse, 1962, p. 154). Essa foi uma pesquisa de fôlego, com financiamento internacional e muitos colaboradores, como a experiente antropóloga brasileira Josildeth Gomes Consorte, que, em entrevista publicada em 2010, relembra um pouco os bastidores desse trabalho realizado no Inep:

Alugamos uma casa em uma vila para nos inserirmos na vizinhança. Só não dormíamos lá, mas ficava aberta o dia inteiro. As crianças, no seu trânsito para a escola, passavam por lá. Mantínhamos atividades de desenho, enfim, o que fosse possível para atrair a criançada. Pearse tinha um ótimo relacionamento com os pesquisadores mais jovens: Carlos de Araújo Moreira Neto, Roberto Las Casas e outros. Havia também mulheres. Eram alunos do curso de especialização do Darcy Ribeiro. Uma equipe relativamente grande. Na divisão de trabalho, Pearse ficou com a comunidade e eu com a escola. Argumentou que seria muito mais fácil para ele do que para mim trabalhar com a comunidade, porque ele poderia ir para as birosacas, tomar cachaça. Eu entrava na favela com as crianças, visitava as famílias, sempre na qualidade de professora. Tínhamos um acesso e uma aceitação muito grandes. Entretanto, foi a pesquisa mais dura que enfrentei na vida. (Consorte, 2010, p. 19).

As dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores eram da ordem da execução de uma pesquisa de campo tão ampla, cuja coleta de dados foi realizada entre 1957 e 1959. O estudo gerou análises posteriores publicadas em alguns artigos importantes³ e em um relatório de 1962 (em inglês⁴) preservado no Arquivo Histórico do Inep e que apresenta uma série de informações, entrevistas e perspectivas analíticas de grande relevância para uma história da infância e da família no Brasil, ao centralizar suas perguntas na intenção de compreender os modos de viver das famílias diante da imigração, da urbanização e da industrialização em favelas de grandes centros urbanos. Essa perspectiva foi também abraçada pelos interesses de Darcy Ribeiro, que, na época, ocupava o cargo de coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Inep e conduzia uma grande pesquisa sobre processos de industrialização e urbanização.

Mas a diversidade se fazia também presente no Inep naquele período e o Arquivo Histórico guarda o registro de um movimento que mobilizou alguns estudiosos sob outros interesses. São registros da preparação de uma comitiva brasileira para a participação na XIV Conferência Internacional da Família, organizada sob os auspícios da União Internacional de Organismos Familiares (UIOF), que foi realizada no Rio de Janeiro no ano de 1963. O tema do evento era “As famílias na Era do Espaço” e refletia as preocupações de organismos familiares, muitos deles cristãos, em relação à preservação da família diante das mudanças sociais, políticas e tecnológicas representadas generalizadamente pela corrida espacial, que no contexto da Guerra Fria influenciou profundamente o pensamento da época, povoando esperanças e temores, inclusive em relação aos valores tradicionais da família.



Figura 2 - Capa do programa da XIV Conferência Internacional da Família - 1963

Fonte: Conferência... (1963).

³ Entre eles o artigo de Josildeth Gomes Consorte, “A Criança Favelada e a Escola Pública”, publicado em 1957 no periódico Educação e Ciências Sociais, que se tornou referência na reflexão sobre desigualdades sociais e exclusão produzidas pela escola pública; e o artigo intitulado “Integração Social das Famílias de Favelados”, de Andrew Pearse, para o mesmo periódico..

⁴ Essa foi uma fonte desafiadora, pois além das dificuldades recorrentes de pesquisas datilografadas, com muitas palavras apagadas pelo tempo, estava em inglês em quase 300 páginas não numeradas, que em alguns pontos do documento se encontram fora de ordem. Estamos trabalhando em parceria com o Arquivo Histórico para restaurar a ordem da paginação durante a análise do documento.

As mudanças sociais – com as mulheres ocupando paulatinamente novos papéis no mundo social –, o medo de conflitos nucleares e da destruição global e os temores de uma dissolução de valores sob uma difusa “ameaça comunista”, de certa forma, levaram muitos grupos a reforçarem a importância da família como um refúgio de segurança e estabilidade, incentivando valores tradicionais e promovendo a família nuclear como um ideal que forneceria estabilidade emocional e moral em tempos de incerteza. A capa do programa do evento realizado no Brasil evoca esses desejos de segurança e tradicionalismo, com a representação de uma visão idealizada da família nuclear modelo, formada por um casal heterossexual, dentro de um ambiente fechado, com os braços estendidos de maneira protetora entre eles e o casal de filhos obedientes e posturados, tendo sobre eles uma pomba branca e à frente o globo terrestre, trazendo a ideia da família abençoada e como esteio do mundo.

Os documentos presentes no Inep sobre esse evento são três: i) o programa do evento; ii) um impresso que apresenta o histórico dos trabalhos da União Internacional de Organismos Familiares com a listagem dos 50 países e mais órgãos associados à UIOF, a declaração dos direitos da família e a propaganda das assinaturas da revista *Famillies dans le monde*; e iii) a tese da brasileira Andréa Mandim, elaborada em 1961 sob coordenação de Carlos Lacerda, sob financiamento da Fundação Ford.

A tese de Mandim seria apresentada na conferência, mas não consta no programa do evento. O trabalho foi produzido a partir de um projeto-piloto da Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara, aplicado em cinco escolas da zona norte do Rio de Janeiro. O projeto se propôs a atuar nas diferentes áreas do currículo escolar, elaborando propostas pedagógicas, realizando aferições com a participação de crianças e pais, fazendo testes e levantando dados psicológicos, métodos e técnicas pedagógicas. O foco eram as crianças moradoras de favelas e suas famílias, mas, diferentemente do trabalho de Pearse e Consorte, tinha uma intencionalidade mais interventora e metodologia de pesquisa-ação, visando a mudar hábitos e atitudes na comunidade, especialmente por meio da Escola de Pais, os quais, segundo os pesquisadores, careciam de conhecimentos e condições intelectuais e morais para bem educar as crianças. O texto de Mandim (1961, p. 9) se refere à infância das “crianças faveladas” como limitada, restrita a “experiências mínimas e negativas”. Além disso, deposita na classe média a responsabilidade pela regeneração dos pobres, “pois é classe de apoio e regeneração da Nação” (Mandim, 1961, p. 9). Para a pesquisadora, seria necessário reabilitar as famílias pobres, vindas do campo para a cidade sem as experiências necessárias para se integrarem à vida urbana, a começar pelas crianças e sua adaptação à escola.

Muitas dessas crianças são filhos de pais desconhecidos ou os pais estão permanentemente ausentes. Já conheceram dois ou três pais porque suas mães trocaram frequentemente de companheiro. Muitas dessas mães trabalham durante o dia todo fora do lar, em serviços domésticos ou nas indústrias. Nessas famílias não se reconhece a importância de conversar ou brincar com crianças. As crianças têm pouca oportunidade de ver outras áreas como praias, florestas, parques e de se enriquecer dessas experiências. Têm menos oportunidades de conhecer outras pessoas e seus diferentes modos de vida, porque vivem em comunidade restrita. Têm menos facilidade de desenvolver suas habilidades, porque não tem em casa lápis, papel, livros, brinquedos, etc. A vida mental dessas crianças não é tão rica quanto a vida mental de crianças de outras comunidades. É óbvio que tais crianças criam problemas para o trabalho escolar, *a escola pública primária, planejada e estruturada para atender as crianças da classe média, pressupõe que cada criança traga uma determinada bagagem de conhecimentos e habilidades. Tais conhecimentos e habilidades se encontram ausentes na criança favelada* (Mandim, 1961, p. 8, grifo nosso).

Ao enaltecer os modos de viver da classe média, o trabalho desconsidera as diferenças de experiências, habilidades, vivências das pessoas das comunidades estudadas, apequenando e colocando forte juízo de valor sobre as famílias, especialmente sobre as mães e crianças. Nesse sentido, em vez de pensar adaptações na escola para o acolhimento dessa diversidade, a pesquisa propõe o ajustamento absoluto da comunidade a outros referenciais e valores. Para tanto, a ação sobre as crianças seria potencializada com a ação sobre os pais e mães, que “nunca precisaram tanto de orientação como agora” (Mandim, 1961, p. 37), e a Escola de Pais seria um caminho. Na perspectiva da pesquisadora, pais das “classes subdesenvolvidas” não teriam interesse intrínseco em seus filhos e em sua escolarização; portanto, para atraí-los, seria preciso pensar em reuniões amigáveis, aos sábados, usando de alguns atrativos:

Servir um pequeno lanche, sortear prendas, distribuir amostras de produtos domésticos fará sucesso entre os presentes. Indicamos essas práticas como necessárias no início do trabalho, especialmente às escolas que sirvam à comunidade de favelas ou semelhantes. Tais recursos não serão necessários em reuniões de pais de cultura média ou superior. No nosso caso entretanto elas servirão de motivação extrínseca até que se forme como esperamos a motivação real e intrínseca em cada um dos pais que convidamos. (Mandim, 1961, p. 32)

Nesse pequeno recorte está clara a perspectiva de inferiorização da potência, vivência e saberes das famílias pobres, com base nos referenciais simbólicos impregnados de valores morais e religiosos de uma classe média idealizada e de um modelo de família uniformizado em discursos conservadores do período (Daminelli, 2013). A pesquisa dos documentos sobre as Conferências da Família presentes no Arquivo Histórico do Inep oferece oportunidades de reflexão e convida ao aprofundamento. De nossa parte, instigou-nos a pensar sobre a atmosfera moral que se formava dentro dos movimentos familiares na transição entre os anos 50 e 60, com toda a movimentação política, social e os contrastes entre as tecnologias, o feminismo, as mudanças nos costumes e os sentimentos de medo e desejos de preservação por parte de uma parcela significativa da sociedade. Esse clima defensivo encontrará, no ano de 1964, forte expressão com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (Cordeiro, 2021), uma temática que certamente merecerá nossa atenção no futuro desta pesquisa em andamento.

A família nas pesquisas do Inep pós golpe cívico-militar e nos anos 70

A situação do Inep após a instauração da Ditadura em 1964 se torna tão complexa quanto em outros espaços de produção de conhecimento – como as universidades –, com a dissolução de quadros de pesquisadores, forte vigilância e controle, e a busca por reformas que perseguiriam o desejo de uma “alternativa liberal-internacionalista modernizante” (Reis, 2014, p. 50) nas instituições que produziam pesquisa, tidas como espaços repletos de esquerdistas. Além do imediato afastamento de Anísio Teixeira um mês após o golpe – que implicou uma perda de gestão, mas sobretudo uma perda simbólica para o Instituto –, no período mais violento da Ditadura, no ano de 1971, Anísio foi encontrado morto em um fosso de elevador. É lógico pensarmos que o clima no Inep era de angústia e tensão. Sílvia Saavedra, que foi funcionária de carreira do Inep, escreve:

É provável que em tal circunstância um órgão do Estado, cuja atuação caracterizara-se, principalmente na última década, pela participação no movimento de conquista de uma realidade educacional que correspondesse aos anseios e necessidades populares, se tornasse extremamente visado. O Inep e todos os que lá trabalhavam passaram, então, a viver momentos de altos e baixos por seu comprometimento com a defesa da escola pública, com a análise sociológica da educação, com o sistema escolar de Brasília e com a UnB, entre muitos outros (Saavedra, 1988, p. 69).

Motta (2014, p. 65) ressalta que o grande elemento de união das forças civis e militares que levaram ao golpe de Estado era uma “pauta negativa: estavam juntos para lutar pelo que não queriam”. Essa pauta negativa, na visão de Reis (2014, p. 48, grifos do autor), trazia de maneira defensiva a ideia de “*salvar a democracia*, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã”. Após a instauração do novo regime ditatorial, essas pautas esbarraram nos modos de fazer e objetivos de pesquisas do Inep, gerando instabilidades nos trabalhos.

Após o já mencionado intervalo de oito anos entre a última ocorrência do tema “família” entre os assuntos abordados no Inep (em 1963), a próxima ocorrência foi localizada em 1971, sendo o tema retomado sobretudo sob o foco das condições socioeconômicas. Foi na década de 1970 que se concentrou o maior número de documentos de nossa amostra, totalizando 17 pesquisas, que dividimos nas seguintes categorias analíticas: i) Condições socioeconômicas das famílias (8); ii) Currículo em relação à família (1); iii) O papel da família na educação de deficientes (1); iv) Formação de professores com algum interesse na relação com a família (2); v) Televisão educativa e famílias (1), vi) Influência da família no hábito de leitura (3); e vii) Educação informal e família (1).

A recorrência do tema família nessas pesquisas apresenta, proeminentemente, uma abordagem voltada ao levantamento de dados e à elaboração de propostas que pudessem facilitar a adaptação das famílias pobres às lógicas desenvolvimentistas, urbanas, liberais. Nesse sentido, há nesse recorte de tempo o fortalecimento de investimento de pesquisas sobre a televisão e sua influência sobre a mudança de valores da família, destacando-se o Projeto Lobato (1976), que visava à produção de uma “telepedagogia” por meio da inserção da TVE no sistema educacional brasileiro (Projeto..., 1973). Tal projeto merece um grande investimento futuro de pesquisa, mas por agora cabe sabermos que havia a preocupação sobre que instâncias, com as mudanças sociais e avanço da televisão nos lares brasileiros, viriam a ocupar o espaço formativo privilegiado que seria a família, concebida nas seguintes palavras:

A família é a primeira instância de inculcação das normas e do código cultural na consciência do indivíduo (a criança). Dentro da cultura ocidental, a família é o primeiro modelo de organização e de poder para o sujeito, com suas características de preponderância da figura masculina e estabilidade (pressuposto) do matrimônio. A figura do pai, detentor do poder familiar, estabelece a função de individualização do sujeito (a criança). É a família portanto, quem fixa o indivíduo na ordem da cultura e quem o leva a se ajustar à ordem social, encaminhando-o primeiro para a escola e, depois, para o trabalho. (Projeto..., 1977).

Nesse sentido, o projeto se propôs a analisar a influência da televisão, sobretudo em crianças em idade escolar dos 7 aos 11 anos e suas famílias, com a finalidade de criar uma grade propícia para a educação de valores desejáveis, usando a tecnologia em um processo

de educação das massas. Nessa mesma direção, foram realizadas várias pesquisas sobre leitura, nas quais a família foi colocada em pauta como instância que poderia comprometer ou dinamizar a habilidade leitora.

Nesse período, a classe média seguiu sendo a régua de medida para hábitos e condutas e as famílias continuaram sendo estudadas para que se pensassem maneiras de implantação de propostas do governo. Não raro, nas descrições das pesquisas, aparece textualmente o direcionamento dos objetivos para ações de Estado, muitas delas voltadas à implantação da Lei nº 5.692/71, como no projeto preparado pelo CRPE do Recife em 1972:

Os resultados e conclusões a obter servirão para implementar, a nível local, o projeto prioritário da OPERAÇÃO ESCOLA, em bases realistas, através da análise de dados socioeconômicos representativos das condições de vida dos alunos de Escola Experimental, tomada como unidade de referência no experimento pedagógico. Os gráficos e os quadros apresentados revelam situações de fato, que podem servir de ponto de apoio a uma experimentação pedagógica mais ampla, principalmente em se tratando da implantação do sistema de ensino preconizado pela Lei nº 5692/71. (Condições..., 1972).

Outro exemplo, entre vários, está na pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Educacionais, da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Guanabara, em uma ação voltada a esmiuçar cada artigo da Lei nº 5.692/71 para subsidiar a implantação da reforma do ensino básico no Brasil. A pesquisa consistiu na formação de grupos de estudos cujos membros escolheram determinado artigo da lei para realizar uma interpretação. A lei, elaborada visando em muito ao controle social e direcionamento da juventude e infância para valores de trabalho, desenvolvimentismo, adesão às regras e patriotismo, envolvia a família sobretudo em seu artigo 10º, que regulava a função do orientador pedagógico.

Na introdução da pesquisa “Aspectos da orientação educacional em face da Lei nº 5.692 de 11/08 /71- interpretação do artigo 10º”, assinado por Luiz Fabiano Pinheiro, Nice Rua Rodrigues e Zenilda Maria Magalhães de Carvalho, a escolha das palavras insinua o autoritarismo ao afirmar que “a nova lei nacional de ensino impôs a cada um de nós um esforço redobrado de reflexão sobre os variados aspectos educativos e sociais relacionados à sua aplicação e às condições reais do país”, (Pinheiro; Rodrigues; Carvalho, [s. d.], grifo nosso). Nas reflexões trazidas pelo documento, emerge a necessidade de uma maior compreensão da função do orientador educacional para além da função de direcionamento vocacional, a grande atribuição dada a esse profissional pela lei, que textualmente diz: “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional em cooperação com os professores a família e a comunidade” (Brasil, 1971, art. 10). A pesquisa demonstra que a questão do encaminhamento para o trabalho está muito presente em diversos artigos da nova lei, mas pondera que o processo vocacional é muito maior e mais complexo que o direcionamento dos jovens a uma profissão, pois implica um processo lento de construção de identidade e formação global do sujeito. Em relação às famílias, a pesquisa destaca que, para a lei ser cumprida, há necessidade de uma especializada formação dos profissionais orientadores, para que envolvam a participação da família e de todos os elementos que exercem influência sobre o educando (Pinheiro; Rodrigues; Carvalho, [s. d.]).

Com cuidado e sutileza, a pesquisa levantou muitas críticas e colocou o artigo 10º em contexto com a realidade da Guanabara, num exercício bastante habilidoso do movimento que Motta (2014) identificou nos meios acadêmicos que, no período, operaram sobre o tripé

“resistência, acomodação, adesão” ao regime militar. Segundo o autor, essas ações extrapolam o dualismo entre quem aderiu e quem resistiu durante a Ditadura, abarcando “a complexidade de um quadro em que muitos agentes não resistiram nem aderiram, mas buscaram formas de acomodação e convivência com o sistema autoritário” (Motta, 2014, p. 301).

A complexidade apresentada na análise dessas fontes possibilitou enxergar que dentro dos quadros de pesquisadores e entidades de pesquisa vinculados ao Inep, “apesar dos perigos”, seguiu-se produzindo conhecimento; às vezes, ousando mais na crítica e nos métodos, mas quase sempre usando da sutileza e da moderação como forma de se manter em atividade de pesquisa dentro das contingências de uma ditadura. E, de maneira até surpreendente, as fontes mostraram que, mesmo dentro dos quadros diretivos nomeados pelo regime militar para o Inep, não existiu um pensamento monolítico determinado a destruir todo o legado do Instituto pelo bem da nova ordem, tão truculentamente instaurada.

Um dos principais indícios dessas contradições está no paradoxal conjunto de documentos intitulado “Sugestões para pesquisas educacionais”, elaborado para o Inep pelo Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), resultante de um processo “democrático” estabelecido pelo diretor do Instituto na gestão 1972-1976, Coronel Ayrton de Carvalho Mattos, que, segundo Saavedra, não tinha nenhuma formação específica para a educação ao assumir o Inep, mas, diferentemente das expectativas, fez um esforço para manter em funcionamento projetos vinculados a diferentes entidades de pesquisas nacionais e internacionais e fomentou dois grandes programas intitulados “Programas Anísio Teixeira (PAT) – para estudos e pesquisas – e Programa Lourenço Filho – para documentação e informação” (Saavedra, 1988, p. 131).

Ayrton de Carvalho Mattos, enquanto lidava com as adaptações e limitações trazidas pela reforma administrativa do MEC, de 1970, fortaleceu junto ao PAT a organização de comissões para diferentes áreas da educação, separadas em Ensino de Primeiro Grau, Ensino de Segundo Grau e Educação Superior, além da chamada 4ª Comissão, que abrangia as áreas especiais Assistência ao Educando, Financiamento da Educação, Documentação e Informação, Educação Especial, Ensino Supletivo, Tecnologia da Educação (levantamento de temas para pesquisas educacionais no Inep biênio 1972/1973), na qual a temática da família aparece vinculada a diferentes vieses.

Para compor essas comissões, o diretor do Inep reestabeleceu contato com universidades e centros de pesquisa para que propusessem os temas de pesquisas para o biênio 1972-1973, por meio do preenchimento de um documento que foi depois debatido em uma reunião presencial, à qual muitos dos representantes dessas instituições compareceram. Paradoxalmente, os encontros, que ocorreram entre os dias 4 e 7 de abril de 1972, aconteceram na Escola de Comando do Estado Maior do Exército, na Praia Vermelha.

Simbolicamente, cremos que a configuração desse encontro denuncia essas contradições: debatem-se os temas propostos sob um viés “democrático” enquanto se mantém armada a estrutura repressiva. Os temores de que um militar no comando do Inep resultasse no desmonte de muitas ideias e projetos terminaram por se revelar equivocados, pois o coronel não apenas manteve programas e estimulou a pesquisa, mas defendeu a publicação de edições da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos que haviam sido censuradas, além de encampar reivindicações administrativas por melhorias de condições de trabalho aos funcionários do Inep e pelo aumento dos quadros de pessoal e de investimentos no órgão (Saavedra, 1988, p. 85).

Junto aos citados documentos organizados na pasta do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais consta um relatório assinado por Ayrton de Carvalho Mattos que discorre sobre as reformas de sua gestão, as dificuldades e as conquistas e que termina com uma afirmação emblemática que nos ajuda a perceber os diferentes matizes da pesquisa educacional nos tempos de Ditadura Civil-Militar. Diz ele no último parágrafo do relatório:

A preocupação maior do Inep é a institucionalização da pesquisa educacional, a fim de que, à retaguarda do cérebro privilegiado, exista um órgão capaz de manter a continuidade nos esforços e de não sucumbir a falta dele, mesmo que esses cérebro seja o de um novo Anísio Teixeira. (Mattos, 1972, p. 18).

Esse papel o Inep parece ter conseguido cumprir, apesar das adversidades dos anos de chumbo e dos seus impactos sobre a pesquisa educacional realizada pelo Instituto.

Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo mapear as pesquisas realizadas pelo Inep entre os anos de 1940 e 1970 que tiveram a família como objeto de investigação.

Analisando um *corpus* de 25 documentos, dos quais duas propostas curriculares, foi possível identificar que o tema da família foi, aos poucos, ganhando espaço na agenda de pesquisas do Instituto, sobretudo a partir da década de 1970. Boa parte das pesquisas arroladas tinham o claro objetivo de intervir na realidade das famílias, especialmente as das classes populares, com o intuito de modificar seus hábitos e obter os melhores resultados em matéria educacional. São pesquisas que, em seu conjunto, testemunham um tipo de olhar lançado sobre a família brasileira do século XX a partir da régua da família de classe média, tomada como modelo a ser alcançado por aquelas mais modestas. Dialogando com métodos de pesquisa então em voga, mas também com as ideologias governamentais, as pesquisas inventariadas envolveram investigadores brasileiros e estrangeiros que, em conjunto, desenharam em seus relatórios e demais materiais de campo um quadro vivo e complexo das realidades experimentadas pelas famílias do Brasil da Era Vargas à Ditadura Civil-Militar, demonstrando que elas estiveram no radar dos que pensavam as políticas educacionais no País, sendo elevadas, muitas vezes, à causa do sucesso ou fracasso dessas mesmas políticas.

Investigações futuras, que se debrucem sobre essas pesquisas de forma vertical, poderão trazer à luz dados mais detalhados sobre cada contexto visitado pelos pesquisadores do Inep, bem como tensionar os resultados aos quais chegaram, muitos deles marcados por preconceitos e ideologias da época. São, em todo caso, fontes a serem consideradas para um conhecimento mais aprofundado do lugar da família na história da educação brasileira no século passado.

Por fim, convém registrar que o estudo das relações entre escola-educação-família tem sido reivindicado, com mais frequência, pela Sociologia da Educação. Pesquisas como esta, contudo, evidenciam a pertinência de tomar esse fenômeno também como objeto de conhecimento histórico, na medida em que fica evidente que ainda há muito desse passado sobrevivendo no presente. Com efeito, questões investigadas no período histórico aqui analisado continuam relevantes e pertinentes na agenda dos educadores na atualidade. Oferecer perspectivas históricas para interrogar esse complexo objeto pode ser uma contribuição da pesquisa histórico-educativa ao campo da educação contemporânea.

Referências

- ALMEIDA, A. F. *Informação*: parecer técnico sobre o Projeto Livro: padrões, descrição e plano de educação da família brasileira, apresentado à consideração do senhor presidente da República. Rio de Janeiro, 1938. Documento disponível no Arquivo Histórico do Inep.
- ANJOS, J. J. T. A cultura material da escola primária nas recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública (1934-1968). In: CORDEIRO, A. B. et al. (Org.). *A Teia das Coisas*: cultura material escolar e pesquisa em rede. Curitiba: Nepie-UFPR, 2021. p. 28-47.
- ANJOS, J. J. T.; SOUZA, G. Educando corpos infantis: dimensões do programa “Educação Física no Curso Primário”, 1950. *Revista da Alesde*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 143-161, out. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. *Diário Oficial da União*, 11 mar. 1940. Seção 1, p. 4239.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6377.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *História*. [Brasília, DF, 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>. Acesso em: 5 dez. 2025.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CONDIÇÕES sócio-econômicas e culturais das famílias dos alunos da Escola Experimental do CRPE do Recife. Recife: CRPE/Inep, 1972. (Série Pesquisa). Arquivo: caixa-box 109, pasta 1, maço 1109.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA FAMÍLIA, 14., 1963, Rio de Janeiro. *[Anais...]*. [S. l.]: UIOF, 1963. Arquivo: caixa-box 15, maço 172.
- CONSORTE, J. G. Estudos de comunidade: um encontro. *Ponto Urbe*: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, v. 6, p. 1-21, 2010.
- CORDEIRO, A. B. *Dando vida a uma raiz*: o ideário pedagógico da Primeira República na poesia infantil de Olavo Bilac. 2005. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- CORDEIRO, A. B. *Apontamentos para uma história da educação pela família no Brasil a partir das pesquisas do Inep*: décadas de 1930 e 1970. Brasília, DF, 2025. Relatório não publicado de pesquisa de pós-doutorado.

CORDEIRO, J. M. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, a01720, 2021.

DAMINELLI, C. O governo da população infantojuvenil no Brasil durante a ditadura civil-militar: apontamentos entre o nacional e o local. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 86-110, 2013.

EBOLI, T. *Uma experiência de educação integral*: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

FERREIRA, M. S. Os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep e os estudos em Ciências Sociais sobre a educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 279-292, maio/ago. 2008.

GIBISEIRO. *Jerônimo*: o herói do Sertão - nº 55. [S. l., 2025]. Disponível em: <https://loja.gibiseiro.com/jeronimo-55>. Acesso em: 8 dez. 2025.

GOUVÊA, F. C. F. *Tudo de novo no front*: o impresso como estratégia de legitimação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1952-1964). 2008. 352 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GOUVEIA, A. J. *Aproveitamento escolar, castigos e responsabilidade da família*. Rio de Janeiro: Inep, 1958. (Série Pesquisa). Arquivo: caixa-box 115, maço 1169.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-48, jul. 1971.

GUERREIRO RAMOS, A. *Evasão escolar*: relatório final da pesquisa realizada pelo Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Rio de Janeiro: Senai/Inep, 1952. (Série Pesquisa). Arquivo: caixa-box 84, maço 772.

HOCHE, A. A. A juventude brasileira e o presidente Vargas. *Cordis*: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 114-151, jul./dez. 2017.

LOURENÇO FILHO, M. B. Antecedentes e primeiros tempos do Inep. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 86, n. 212, p. 179-185, jan./abr. 2005.

MANDIM, A. *Estará a escola primária atendendo adequadamente à expectativa da família em áreas subdesenvolvidas?* Algumas considerações sobre a dinâmica das relações entre família e escola na Guanabara. Rio de Janeiro, 1961. (Série Codi/Uniper). Documento disponível no Arquivo Histórico do Inep.

MARTINS, A. P. V. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. *Diálogos*, Maringá, v. 12, n. 2-3, p. 209-235, 2008.

MATE, C. H. Lourenço Filho e a Reforma de 1931 (SP): o governo dos professores... e dos alunos. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. (Org.). *Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EdUFU, 2011. p. 269-290.

MATTOS, A. C. *O Inep: relatório de atividades do Inep 1972 e projetos para 1973*. Rio de Janeiro, 1972. Documento disponível no Arquivo Histórico do Inep.

MATTOS, A. C. Relatório de atividades do Inep. In: SUGESTÕES do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais ao CBPE e outros documentos sobre pesquisas e atividades. Rio de Janeiro: Inep, 1973. (Série CBPE). Arquivo: maço 50, pasta 05, caixa 005.

MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950/1960). In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Org.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950-1960*. Brasília, DF: Inep, 2008. p. 19-38.

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUNES, C. História da educação: espaço do desejo. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 9, n. 47, p. 37-46, jul./set. 1990.

NUNES, C. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: EdUSF, 2000.

PEARSE, A. *Fatores e problemas da urbanização na América Latina*. Rio de Janeiro, 1962. (Série Pesquisa). Documento disponível no Arquivo Histórico do Inep.

PERROT, M. Introdução. In: PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da História*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EdUSC, 2005. p. 9-30.

PINHEIRO, L. F.; RODRIGUES, N. R.; CARVALHO, Z. M. M. *Aspectos da orientação educacional em face da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971: interpretação do artigo 10º*. [S. l., s. d.]. (Série Codi/Uniper). Arquivo: caixa-box 22, pasta 7, maço 272.

PROJETO Lobato: fase I. Rio de Janeiro, 1973. Pesquisa elaborada pela Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa em convênio com o MEC/Inep. Arquivo: caixa-box 227, pasta 4, maço 2151, caixa bibliográfica n. 53.

PROJETO Lobato: fase II: plano de atividades. Rio de Janeiro, 1977. Pesquisa elaborada pela Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa em convênio com o MEC/Inep. Arquivo: caixa-box 227, pasta 4, maço 2151, caixa bibliográfica n. 53.

REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROTHEN, J. C. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr. 2005.

SAAVEDRA, S. M. G. *Passos e descompasso de uma instituição de pesquisa no Brasil: a realidade do Inep*. 1988. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1988.

SION, M. L. *Correspondência solicitando ao presidente Getúlio Vargas, autorização para implantar um curso destinado à formação familiar*. Rio de Janeiro, 1941. (Série Diretoria). Documento disponível no Arquivo Histórico do Inep.

TOLEDO, M. R. A.; VIDAL, D. G. Plantar, traduzir, minerar: Anísio Teixeira (1935-1947). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e51238, 2024.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para o debate. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

VILHENA, C. P. S. A família na doutrina social da igreja e na política social do Estado Novo. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 45-57, 1992.

XAVIER, L. N. *O Brasil como laboratório: educação e Ciências Sociais no projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais CBPE/Inep/MEC (1950-1960)*. Bragança Paulista: EdUSF, 1999.

Recebido em 21 de janeiro de 2025.

Aprovado em 28 de outubro de 2025.

Editora científica responsável: Jocyleia Santana Santos.

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).